

Uma Reflexão sobre Autoria Acadêmica

Francisco José da Costa,
PPGA/UFPB
franzecosta@gmail.com

Socorro Cláudia Tavares de Sousa,
PROLING/UFPB
sclaudiats@gmail.com

Henrique Muzzio
PROPAD/UFPE
henrique.muzzio@ufpe.br

Resumo

Este estudo tem como objetivo apresentar elementos para um debate sobre a ética das práticas de autoria no campo científico brasileiro. Os autores utilizam exemplos ilustrativos para explorar as práticas de pseudoautoria, estabelecendo relações entre essas práticas, as coerções oriundas do campo acadêmico e o *habitus* dos agentes sociais. Foi elaborada uma definição preliminar do que seja autoria a fim de possibilitar a discussão sobre dois problemas centrais, que são: a lógica de “colocar o nome” e o plágio. Uma das principais contribuições deste trabalho repousa na reflexão orientada para a construção de uma prática aperfeiçoada de autoria, possibilitando a crítica e a autocrítica dos agentes do meio acadêmico sobre algumas práticas problemáticas de autoria.

Palavras-chave: autoria, ética, campo científico, plágio, lógica de “colocar o nome”.

A Reflection on Academic Authorship

Francisco José da Costa,

PPGA/UFPB

franzecosta@gmail.com

Socorro Cláudia Tavares de Sousa,

PROLING/UFPB

sclaudiats@gmail.com

Henrique Muzzio

PROPAD/UFPE

henrique.muzzio@ufpe.br

Abstract

This study has the objective of providing elements for a debate on the ethics of the authorship practices of Brazilian scientific field. The authors use illustrative examples to explore the practices of pseudo-authorship, establishing relationships between these practices, the constraints that come from the academic field, and the habitus of social agents involved. A preliminary definition of authorship was designed in order to allow the discussion about two central problems: the logic of "putting the name", and the plagiarism. A major contribution of this work comes from its orientation to the construction of a practice of authorship, allowing a criticism and a self-criticism of the academic agents about some problematic authorship practices.

Keywords: authorship, ethics, science, plagiarism, logic of "putting de name".

Dentre as discussões que perpassam a atividade científica no Brasil, uma das que mais mobilizam a comunidade acadêmica é a questão da autoria das produções acadêmicas (Imasato, Perlin & Borenstein, 2017). Trabalhos como os de Horner & Minifie (2011), Garcia et al. (2010), Targino (2005), Monteiro et al. (2004), Petroianu (2002) já se debruçaram sobre diferentes aspectos da autoria, tais como: conduta responsável da pesquisa, o papel dos editores na coibição de desvios de autoria, razões para o crescimento do índice de coautoria, critérios para quantificar o mérito da autoria, a concepção de autoria diante da multiplicidade dos recursos tecnológicos, dentre outros.

Consideramos também que o interesse por esse tópico se deriva do sistema nacional de avaliação e financiamento da pesquisa e da pós-graduação que confere à produção autoral um peso de importância diferenciado, chegando a definir a existência ou não de programas de pós-graduação, a demarcar os critérios de financiamento de pesquisas por meio de bolsas, por exemplo. Já há um referencial concreto sobre a definição do que seja produção autoral, expresso na Lei Federal 9.610 de 19 de fevereiro de 1998 que estabelece, em seu art. 11, que “autor é a pessoa física criadora de obra literária, artística ou científica”. Mais à frente, no art. 15, a mesma lei formula outras orientações sobre quem deve ser considerado coautor e nessa perspectiva o § 1º reza que “não se considera coautor quem simplesmente auxiliou o autor na produção da obra literária, artística ou científica, revendo-a, atualizando-a, bem como fiscalizando ou dirigindo sua edição ou apresentação por qualquer meio”. Esse entendimento tem gerado efeitos pontuais, como por exemplo, alguns periódicos da área de Linguística apresentam restrições quanto a quem pode ser considerado autor, como é o caso dos periódicos “Linguagem em Discurso” e “Revista Brasileira de Linguística Aplicada” (a sugestão dessas revistas, respectivamente, é que o orientador só pode ser coautor se o trabalho for um acréscimo da tese ou dissertação, caso contrário o nome do orientador fica em nota de rodapé; e que só pode ser considerado autor quem fez uma contribuição significativa para o trabalho). Por outro lado, raros são os exemplos de periódicos que esboçam exigências de delimitações dessa forma.

Com efeito, embora tenha um caráter regulatório, a conceituação legal parece não dar conta das práticas que são frequentemente realizadas no universo acadêmico, de tal modo que muitas vezes a autoria de um artigo é concedida como um meio de compensação ou de agradecimento para alguém que deu uma contribuição irrisória ou até mesmo nula na

produção do trabalho. Se isto é um equívoco, cabe então elucidar o problema, questionar motivações e propor possibilidades de aperfeiçoamento, mesmo isso não sendo uma problemática exclusiva do Brasil.

Isso passa por uma reflexão profunda por parte dos agentes do campo científico, como forma de evitar sua alienação em meio a processos que eventualmente se autonomizam diante dos sujeitos e que tornam normais práticas que, com um pouco mais de atenção, soam no mínimo equivocadas, como veremos mais adiante. Portanto, nossa finalidade é debater a autoria de produções científicas sob o pressuposto de que o processo de produção científica precisa de um aperfeiçoamento que supere os riscos de um processo pragmaticamente viciado. De modo específico, pretendemos apresentar elementos para um debate sobre a ética das práticas de autoria, discutindo sobre problemas que são vivenciados por grande parte de pesquisadores em seu dia a dia, mas que ainda parecem impor algumas resistências ao seu debate aberto.

Avançamos em uma discussão polêmica, dentre as muitas que existem no debate acadêmico brasileiro. E pelo caráter polêmico, dialogamos com posições de diferentes atores que, por vezes, possuem interesses contraditórios. Dessa forma, nosso texto é um desdobramento do debate mais amplo sobre o produtivismo acadêmico, sobre o qual falaremos mais adiante, mas que, desde agora, reconhecemos que é um fenômeno que possui defensores e críticos, além de ganhadores e perdedores. Com efeito, há acadêmicos que se beneficiam das regras produtivistas estabelecidas e conseguem vantagens de ‘capitalização científica’ a partir do modelo vigente, o que os leva a defender tal realidade e mesmo ampliar as condições de sustentação de sua existência. Por outro lado, há os críticos que se colocam em oposição, por exemplo, com a denúncia que tal realidade apresentando interesses pessoais ou coalizões políticas acima dos interesses científicos supostamente superiores, e apontando o baixo nível de uso da própria produção nacional nas bibliografias dos trabalhos produzidos.

Para além de uma posição de defesa ou crítica, e considerando a perspectiva de ganhos e perdas, se nossa meta é ter produção científica de qualidade e o reconhecimento dos méritos dos bons ‘produtores’, parece-nos que o produtivismo prejudica a todos os agentes do campo acadêmico brasileiro, com a substituição de uma produção rigorosa e relevante por uma indústria de publicações e de eventos, além dos esquemas de produção e autoria.

Por nossas leituras, o debate produtivista está bem avançado no Brasil, porém entendemos que cabe ainda uma contribuição nesse último aspecto (dos esquemas de produção e autoria), e daí vem nossa motivação para mais esse ensaio.

Dividimos o texto em mais quatro partes, afora esta introdução, a saber: na primeira, apresentamos como se desenvolve a mecânica da produção acadêmica no Brasil, indicando rapidamente as forças institucionais que demarcam o campo e a dinâmica de produção de artigos; na segunda, debatemos dois problemas centrais da autoria no Brasil, que são a lógica de “colocar o nome” e o plágio; na terceira, propomos argumentos de uma crítica e uma proposta de autocritica sobre a autoria; e, ao final, apresentamos as principais conclusões a que chegamos e reforçamos as posições desenvolvidas ao longo do texto.

Antes de apresentar a o conteúdo anunciado, cabe informar que, na construção do artigo, os autores tomaram por base sua vivência como docentes ativos há alguns anos em programas de pós-graduação. Assim muito do que está comentado aqui deriva da vivência pessoal e da observação de vivências de outros pesquisadores. Usamos, portanto, uma construção que se aproxima do que Alvesson (2009) chamou de “etnografia em casa” (*at-home ethnography*), ou seja, uma construção baseada no que tivemos de “acesso natural”. Nosso texto é oriundo tanto dessas vivências ao longo dos anos quanto do debate posterior entre os autores. Seguimos sob o risco de nossa capacidade analítica enviesarem-se nossas posições, mas ainda assim entendemos haver consistência na proposta de discussão, que tem por meta fixar uma posição em um debate relevante, sem exauri-lo nem definir alguma posição definitiva.

Uma Breve Análise sobre o Universo da Produção Acadêmica no Brasil

A pesquisa e a publicação no Brasil parecem espelhar, nas décadas de 1950 a 1980, a condição de um país periférico, na medida em que a produção acadêmica de países como Inglaterra, França e Estados Unidos era vista como modelo superior de desenvolvimento e criação de conhecimento (CAPES, 2011). Foi a partir dos anos 2000 que as instituições de pesquisa e as universidades brasileiras iniciaram uma mudança nessa visão, já sendo reconhecido que a produção acadêmica brasileira alcançou expressivos avanços no contexto mundial. Indicadores internacionais de produção evidenciam um salto quantitativo do

número de artigos publicados, bem como demonstram que as produções em periódicos com bons fatores de impacto e bons indexadores cresceu substancialmente.

Dentre as razões para este avanço aponta-se: a) um significativo aumento da oferta de novos cursos de mestrado e de doutorado em todo o país, nas mais diversas áreas do conhecimento; b) a consolidação de cursos mais antigos, que conseguiram amadurecer suas práticas de ensino e de pesquisa e garantiram uma inserção internacional, como atestam os números da avaliação realizada pela Coordenação de Avaliação de Pessoal de Nível Superior (CAPES) a partir do aumento do número de programas de pós-graduação que alcançaram notas 6 e 7, que já são conceitos de excelência; c) a conseqüente ampliação e consolidação dos grupos de pesquisa vinculados a estes programas, que acabam por fomentar publicações em diversos suportes acadêmicos.

Apesar do avanço alcançado, ainda há vários problemas a serem superados pela academia brasileira (Imasato et al., 2017), em particular o risco de nossa produção ser apenas uma cópia borrada do que ocorre nos Estados Unidos e na Europa em algumas áreas do conhecimento. Para citarmos como exemplo o campo da Administração, a crítica é posta por Bertero, Caldas e Wood Jr. (2005, p. 12), quando afirmam que “nossa produção também não apresenta surpresas, sendo periférica, sem originalidade, e tende a espelhar o que o país é noutras áreas, uma imitação opaca do que acontece em centros mais desenvolvidos”.

Outro problema comumente discutido na academia é o critério de avaliação dessa produção. Coube à CAPES o papel de avaliar e pontuar a produção acadêmica do país e quase sempre esforços de produção acadêmica dos pesquisadores são direcionados para esta avaliação. O modelo adotado e implementado pela CAPES, especialmente a partir da segunda metade dos anos de 1990, foi de tal forma diferenciado em relação a períodos anteriores que, mais de uma década depois, os programas de pós-graduação e instituições de pesquisa ainda estavam se adaptando às novas regras.

Desde então, calorosos debates ocorrem no meio acadêmico, normalmente tecendo críticas ao modelo e considerando-o como injusto e indutor de produtivismo (Bispo & Costa, 2016). Contudo, é evidente que o crescimento da quantidade e da qualidade da produção vem em paralelo com o aumento da exigência, sendo possível supor que foi a exigência que produziu a melhoria. Nosso entendimento é de que o resultado é da comunidade acadêmica brasileira, afinal, não podemos tratar a CAPES como algo abstrato e autônomo. A CAPES é o

reflexo do que a comunidade de pesquisadores coletivamente deliberou (Berger & Luckmann, 1967), já que essa instituição é composta justamente pela comunidade de pesquisa nacional.

Se analisamos as avaliações da CAPES, que trabalham baseadas nas normas estabelecidas pelos pares da nossa academia, veremos que as regras mudam a cada edição, nos dando uma pista do quão difícil é estabelecer critérios adequados. Além dessa dificuldade, há aí uma sinalização de que o sistema de avaliação ainda está em pleno desenvolvimento e caminha para se estabelecer na medida em que as melhores práticas vão sendo reconhecidas e as piores devidamente penalizadas. Ou seja, ao que nos parece, a comunidade acadêmica brasileira está experimentando, permanentemente se aprimorando, e sempre aprendendo no caminho para promover uma referência acadêmica do melhor padrão.

Na esfera do financiamento da pesquisa e da produção científica, também tivemos um largo desenvolvimento promovido pelo Conselho Nacional para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) e pelas fundações estaduais de apoio à pesquisa (as FAP's, como a FAPESP, de São Paulo e a FUNCAP, no Ceará) que patrocinam pesquisas de estudantes de pós-graduação (com bolsas) e de professores (em projetos submetidos). Em grande medida, é possível também atribuir ao conjunto CAPES/CNPQ/FAP's o significativo avanço na produção científica brasileira a partir dos anos 2000.

Uma crítica relevante, embora não seja uma criação brasileira, é a quantificação da produção científica do sistema Qualis, que define diferentes níveis de “valor” da produção, o que vem acompanhado pela definição da CAPES sobre a exigência de “produção qualificada” para se alcançar “níveis de avaliação” dos programas de pós-graduação. Uma das principais consequências desse modelo é a necessidade de os professores alcançarem, em cada ciclo de avaliação, um determinado volume de “pontinhos” nos critérios do Qualis, para usar a terminologia de Prochno (2010) e Wood Jr. (2010). Para uma análise sobre o Qualis, ver Barata (2016).

É possível apontar entre os efeitos deletérios dessa necessidade ou obrigação de “pontuar no Qualis”, o favorecimento da prática que chamamos de falsa autoria, que é o tópico principal deste ensaio e que é uma realidade vivenciada por parte dos estudantes e dos professores, especialmente aqueles envolvidos com estudos no âmbito da pós-

graduação. Embora este problema não seja exclusivamente brasileiro, decidimos enfocar nossa análise a partir de algumas experiências que são vivenciadas no Brasil.

Reflexões sobre Autoria

Com moderada frequência, o pesquisador brasileiro se depara com uma questão que lhe é muito cara quando passa a produzir artigos acadêmicos em conjunto com outras pessoas: como gerenciar o processo de produção do texto de modo a ter um regime de produção que seja, verdadeiramente, de autoria (e co-autoria)? A resposta seria trivial: todos os (co)autores colaboram na produção efetiva do texto.

Nada pareceria mais simples e mais lógico, porém a suposta trivialidade da resposta não encontra eco em parte da prática corrente da produção científica, pelo menos no que é do conhecimento dos autores deste artigo em áreas como Administração e Linguística, por exemplo. E a razão é simples: se a configuração da autoria está na produção efetiva e conjunta dos autores, o que fazer, em um primeiro momento, quando não há equilíbrio no esforço de produção dos artigos? Por exemplo, o que dizer de um coautor que produziu somente uma parte ínfima, enquanto o outro produziu todo o restante? Certamente se estabeleceria uma forma de compensação, como a que ocorre, por exemplo, na ordem dos autores (de modo que o autor que trabalhou mais ficasse como primeiro autor, vindo em ordem os que produziram menos), ou na compensação de esforço em outras produções conjuntas. Em que pese o fato de esta ser uma justificativa razoável para manter a ideia da coautoria ativa, reconhecemos a dificuldade de mensurar contribuições em um trabalho e entendemos ser razoável que o esforço despendido seja relativamente equilibrado, e que haja, antes de qualquer coisa, produção efetiva do trabalho.

Indo um pouco mais longe, e se ocorresse de um trabalho ter, por exemplo, um dos colaboradores que se limitou a fazer apenas a leitura final antes da submissão do artigo e procedeu aos corriqueiros ajustes de linguagem, digitação e formatação? O sujeito que dá sua contribuição somente pela leitura de um artigo já pronto que demanda apenas correções de linguagem é ou não é um coautor? Ao que parece, aqui, é mais delicado aceitar como um “autor” um sujeito que não passou de um leitor; mas nossa experiência já permitiu ver situações como essa serem configuradas como autoria, principalmente nas relações entre

professores e alunos, como exploraremos mais adiante.

É plenamente cabido pensar que a construção logo acima não constituiria autoria, pelo simples fato de o “leitor” não ter contribuído na produção substantiva do texto, salvo se aceitamos que leitura e correções do tipo citadas são entendidas como “produção do texto”. No entendimento dos autores deste ensaio, isto seria um afrouxamento excessivo do conceito de produção de um artigo, embora reconheçamos a existência de opiniões contrárias. Para se ter uma ideia de onde este entendimento poderia chegar seriam, então, os revisores profissionais coautores de todos os artigos, dissertações e teses que revisam? O mesmo seria dito dos revisores anônimos de periódicos que sugerem diversas alterações nos artigos que avaliam.

Deixando de lado o aprofundamento de qualquer argumentação possível em sentido contrário (que seja orientado ao transbordamento do conceito de autoria sua configuração independentemente do nível de contribuição), podemos pensar em exemplos até mais contestáveis que estas situações citadas e que ocorrem com uma frequência mais observável nas produções de artigos oriundas de dissertações, teses e outros trabalhos monográficos. Um desses exemplos é o caso de estudantes que recebem a orientação para produção de seu trabalho e o trabalho produzido é transformado em um ou mais artigos, dos quais serão autores o estudante (que produziu o trabalho e fez as adaptações para o artigo) e o orientador (que recebe o direito de ser coautor). Neste caso, é cabido admitir o orientador como coautor? Admitir que sim, soa obviamente estranho, embora não seja incomum encontrarmos situações como estas e na prática muitas vezes o orientador “entra como autor” como uma espécie de direito adquirido por haver orientado o discente.

É possível crer que essas situações, que foram apenas sucintamente descritas, são de conhecimento de grande parte dos pesquisadores brasileiros e são práticas correntes em alguns programas de pós-graduação e instituições de pesquisa. O questionamento mais imediato disto decorre de outra reflexão lógica e trivial: afora o mero requisito de atendimento aos requisitos de produção da CAPES, há sentido em se constituir uma produção científica individual com base em autorias como as citadas acima?

Como informado, nossa pretensão neste trabalho é apresentar elementos deste debate, e precisamos partir de uma conceituação preliminar para em seguida discutir referenciais concretos de práticas potencialmente equivocadas de produção científica. No que concerne

à questão conceitual, a autoria de um trabalho acadêmico é aqui entendida como a produção escrita de um texto, no todo ou em parte, com a inclusão de conteúdo substantivo no que é o conteúdo próprio do trabalho, realizado na forma de texto escrito e na emissão de ideias, opiniões e análises de dados e de informações do trabalho. Alguns pontos são destacados sobre esta proposta conceitual:

- Primeiro, a proposta de conceito de autoria parte do entendimento de que o autor de fato produziu o texto (no todo ou em parte), não havendo, portanto, autoria oriunda somente de ideias, sugestões, acompanhamento, orientação ou correção ortográfica e digitação. Em outras palavras, e remetendo à característica mais fundamental do que seja autoria, o autor precisa efetivamente escrever conteúdo no texto. Caso isto não ocorra e alguém tem seu nome indicado na lista de autores de um trabalho, temos o que chamamos de uma “autoria irreal”;
- Em segundo lugar, está expressa a necessidade de haver a inclusão de conteúdo substantivo que configura conteúdo próprio do texto, ou seja, naquilo que é sua proposta de exposição e discussão. Isto elimina a possibilidade de uma pessoa que faz a simples digitação de um texto, ou a tradução para outra língua, ganhe *status* de autor, pois efetivamente são pessoas que manipularam o texto, mas não incluíram ou excluíram seu conteúdo substantivo;
- Em terceiro lugar, está destacado que o conteúdo substantivo precisa ser materializado na forma de ideias e análises de dados e informações, o que exclui a possibilidade de entendimento de uma autoria restrita à leitura e emissão de opiniões sobre o texto.

Reconhecemos a possibilidade de contestação desta definição, o que para os autores deste ensaio sinaliza mais como um fator de motivação para outros estudos do que como indicação da impossibilidade de uma reflexão sobre o assunto. A proposição do conceito parece, por outro lado, estar em acordo com um senso verificado de forma exploratória no universo acadêmico, e permite uma análise consistente de fatos que entendemos serem problemas de práticas de autoria equivocadas. Decidimos apresentar em maiores detalhes a prática mais genérica que incorpora os exemplos acima, que chamamos de lógica de “colocar o nome” e abordamos em seguida um problema correlato que é o do plágio.

A Lógica de “Colocar o Nome”

É de conhecimento corrente que alguns autores usam estratégias de produção que entendemos serem verdadeiros “malabarismos acadêmicos”. Alguns são mais comuns, como aqueles citados na introdução deste item, mas vale a pena narrar outras possibilidades, que optamos por denominar por seu uso corrente, embora informal, que é a lógica de “colocar o nome”. Essa lógica consiste basicamente em um artigo ou trabalho ser produzido de fato por um ou mais autores e um dos sujeitos que teve participação nula ou mínima ter seu nome acrescentado no trabalho, recebendo, assim, a condição de coautor. Esta prática nos parece ser bastante comum e possui suas próprias variações, algumas das quais estão indicadas abaixo:

- O compartilhamento consentido: situação em que professores e estudantes de uma universidade ou centro de pesquisa tomam como medida compartilhar (indevidamente) autorias. Isso ocorre principalmente (mas não unicamente) em casos associados a programas de pós-graduação de baixo conceito no critério de produção científica no sistema nacional de avaliação, e a fórmula é simples: um professor A produz com seus alunos um artigo e acrescenta como autor um professor B que em nada contribuiu no trabalho. Em contrapartida, o professor B introduz a coautoria do professor A em um artigo seu, compensando o benefício recebido. A lógica é simples e eficiente, embora seja evidentemente problemática: os pontos de cada artigo são multiplicados por dois, o que eleva em até 100% a pontuação do curso neste critério. E se for o caso de haver alinhamento de três, quatro ou mais professores, a estratégia do compartilhamento consentido pode render 200%, 300% e assim por diante;
- O compartilhamento não consentido: há um caso mais raro que concerne à situação em que o artigo é produzido por um estudante que o submete ao professor que, além de ter supostamente o direito à autoria, ainda acrescenta como autor adicional outro colega com quem o professor mantém uma parceria de autoria, independente do consentimento do real autor, que é o aluno;
- A autoria por gratidão: um caso mais corrente e mais distante dos dois primeiros, consiste na produção de um artigo por um autor que precisou da colaboração de outras pessoas durante o trabalho de campo. A estratégia é simples: as pessoas que

colaboraram nesta fase da pesquisa, ainda que não tenham produzido sequer uma linha do trabalho, ganham a coautoria porque participaram, de alguma forma, da coleta de dados, por exemplo, ou seja, o “nome no artigo” é uma dádiva do autor em agradecimento aos colaboradores. Outra ilustração: em artigos com entrevistas em profundidade, alguns dos informantes, em especial se necessitam apresentar produção, passam a ser coautores do trabalho porque colaboraram cedendo dados; ou, alternativamente, tornam-se coautores as pessoas que foram ao campo colaborar na aplicação de questionários;

- O trabalho em grupo: consiste na fixação de uma agenda de produção de um grupo ou laboratório de pesquisa, subdivididos em subgrupos que produzem independentemente artigos, mas cujo resultado final de cada subgrupo será todos os membros do grupo ou laboratório se colocarem na condição de (co)autores. Essa fórmula parece explicar a abundância de autores em artigos com produção em série, em que o líder do grupo é o primeiro autor e a sequência varia de acordo com a produção;
- O direito de quem ensina: esta prática é bastante recorrente no universo da produção de artigos em áreas como Administração e consiste na aquisição do direito de professores de serem autores nos artigos produzidos pelos estudantes nas disciplinas que ministram. A lógica é simples: o professor ministra uma disciplina e solicita que o trabalho final seja um artigo científico, que o estudante deve produzir individualmente ou em grupo. Depois de produzido o artigo, o professor faz a avaliação, atribui sua nota e requer as adaptações necessárias para que o artigo seja submetido para ser publicado em anais de eventos acadêmicos ou periódicos. Naturalmente, o professor ganha direito à autoria com base no fato de ter ministrado a disciplina ou de ter corrigido e indicado aspectos necessários para que o estudante ajuste o trabalho às demandas do destino da submissão (nesse caso não está incluído a situação em que o professor recebe o artigo, avalia, e efetivamente interfere pessoalmente no texto, alterando, aperfeiçoando e produzindo ele próprio os ajustes e adaptações necessárias para o contexto de interesse da submissão do manuscrito);
- A compensação de perdas e colaborações: este caso ocorre quando, em alguma circunstância acadêmica que envolva potenciais prejuízos a alguém, a autoria em um artigo é oferecida como compensação de potenciais perdas. Por exemplo, se um

professor ministrou uma palestra em uma disciplina e para tanto teve seu custo de produzir a apresentação, utilizando seu precioso tempo para expor suas ideias, então este faz jus ao direito de ser coautor de algum dos artigos produzidos na disciplina, como contrapartida por sua colaboração. Um caso mais extremo é aquele em que o membro de banca de avaliação teve o trabalho de ler a monografia científica do aluno e participar do ritual da banca e por isso ganha o direito de autoria para compensar as horas gastas nessa atividade acadêmica (a nosso ver, parecerista não é autor, e se assim o fosse, os pareceristas de periódicos que indicam bibliografia e ajustes nos trabalhos teriam direito também de se tornarem coautores dos trabalhos que avaliam).

Esses e outros casos nos parecem que são bem reconhecidos pelos pesquisadores brasileiros. A ação moral associada a estas atividades de produção acadêmica se conforma bem ao jargão corrente que consiste em promover um acerto de trocas ou compensações por meio da prática de “colocar o nome” de alguém em um artigo, independente da produção efetiva do trabalho.

Ao contrário, a experiência dos autores deste artigo sinaliza que a insatisfação com situações como estas parecem ocorrer somente na esfera de discussão dos estudantes, que são comumente os que se sentem mais prejudicados por terem que se submeter a qualquer das situações citadas, em parte das vezes contrariamente à sua vontade. Em nossa visão, a lógica de “colocar o nome” trata-se de autoria irreal, que é gerada em conformidade com a estratégia adotada (inclusive outras além das que estão citadas acima), e que encontra aceitação e justificativa na prática corrente. Em nosso entendimento, esta prática promove potencialmente um autoengano daqueles que se tornam autores de trabalhos que em muitos casos desconhecem totalmente o seu processo de produção e inclusive seu conteúdo.

O Sério Problema do Plágio

O plágio é certamente um dos graves problemas que afetam o universo acadêmico e materializa-se de diferentes formas, tais como a compra de trabalhos acadêmicos, a prática de “copiar e colar” sem a identificação da(s) fonte(s), dentre outras. Nesta seção, discutimos essas ações de plágio, buscando refletir as implicações para os processos de autoria e para o

desenvolvimento científico.

Na forma de compra de trabalhos, as fraudes de monografias têm se tornado assunto de discussão não apenas no meio acadêmico, mas inclusive no contexto jornalístico e jurídico. A indústria da venda de monografias e até de dissertações e teses têm se expandido e sempre se conhece histórias de pessoas que utilizaram esse recurso para a conclusão de cursos de graduação ou de pós-graduação. São várias as explicações dadas pelos usuários desse serviço, tais como: a inaptidão para produzir um trabalho científico, a falta de tempo, a comodidade, dentre outras. As motivações que nos parecem mais evidentes são a necessidade de aprovação em disciplinas ou cursos ou a meta de aquisição do diploma ou certificado, seja para conseguir ascensão funcional (para pessoas já empregadas), seja para buscar melhorias profissionais. As instituições de ensino superior, por sua vez, buscam diferentes formas para coibir esse tipo de ação, mas nem sempre são obtidos bons resultados.

Contudo, convém esclarecer que muitas vezes pode ocorrer um “pacto de tolerância” entre professor e aluno, de modo que ele “faz de conta que não vê” que o aluno não é autor e que comprou o trabalho. A “vista grossa” dos professores promove, a nosso ver, um ciclo deletério de produção científica. O argumento de Romancini (2007) de que o plágio conduz a uma quebra de confiança na relação professor/aluno parece ser uma realidade e o problema piora quando o professor assume uma falsa neutralidade diante do plágio (entendemos falsa neutralidade a posição política que viabiliza a manutenção desta prática que só traz prejuízos para a comunidade científica em geral, ou seja, não é de fato uma prática neutra).

No que concerne à prática de “copiar e colar”, esta pode decorrer do avanço dos sistemas de comunicação que propiciam uma facilidade de encontrar uma diversidade de conteúdos disponíveis para cópia na *internet*. Entendemos que a expansão da *internet* não pode ser a razão principal para a prática de plágio, uma vez que ela somente a facilita, mas não a produziu. A nós parece que a *internet* propicia a emergência de uma predisposição dos autores para reproduzir as ideias de outras pessoas como se fossem suas. De fato, bem sabemos que essa prática é anterior à *internet* e se materializava na cópia de conteúdos de livros ou periódicos. Em nossa visão, a *internet* e os seus modernos sistemas de busca podem também contribuir para fiscalizar o próprio plágio, pois se houver cópia, é possível o

professor comprovar a fonte original de textos ou passagens de textos que são utilizados como autorais e na realidade não o são.

Mas as variantes da prática de “copiar e colar” são diversas e têm sido refinadas. Por exemplo, já há exemplos de casos de cópia de passagens de livros em língua estrangeira que são traduzidos pelos alunos e inseridos em seus trabalhos como se fossem de autoria própria. Embora alguns professores tenham a possibilidade de identificar indícios de plágio, principalmente pela quebra do estilo da linguagem (como nos casos em que se detecta que o texto do aluno é desenvolvido com recursos linguísticos específicos e, de repente, há uma modificação no padrão de textualidade que vinha sendo imprimido ao texto), é possível que essa prática de plágio jamais seja comprovada.

Um estudo empírico brasileiro foi realizado por Veludo-de-Oliveira et al (2014) que analisaram algumas práticas desonestas de alunos de graduação e pós-graduação em Administração. Os autores chamam atenção para esse problema no âmbito internacional e evidenciaram uma situação brasileira entre os discentes com alto grau de propensão a fraudes, incluindo o plágio. Trata-se de situação alarmante, tendo em vista que parte desses alunos de pós-graduação serão os futuros professores de cursos de graduação e dos programas *stricto sensu*.

O plágio enquanto um problema de autoria é o indutor de mais uma modalidade de autoengano, semelhante à lógica de “colocar o nome” antes descrita. Jamais teremos produtores de conhecimento se há um uso indiscriminado do plágio e se não é possível construir uma autoria de fato. Acreditamos que o plágio é um problema de autoria que precisa ser tratado especialmente em uma perspectiva moral e menos legalista, assim como defendemos que seja a abordagem do problema da prática de “colocar o nome”. Os dois casos (“colocar o nome” e plágio), embora pareçam possuir naturezas distintas, são por nós entendidos como práticas inapropriadas, porém no plágio a disposição legal parece já tê-lo enquadrado como uma prática a ser combatida.

Por uma Reflexão Aperfeiçoada sobre a Autoria

As reflexões em torno da noção de autoria perpassam por aspectos individuais e sociais. Ter “consciência” da dimensão da colaboração ou da ausência desta colaboração em

um trabalho acadêmico é uma questão de natureza individual. Contudo, não negamos que o sistema de forças centrípetas que regem o campo científico tem um poder estruturante no *habitus* (no sentido de Bourdieu, 2007) dos indivíduos. Em outras palavras, precisamos questionar em que medida as ações que são viabilizadas em diferentes áreas do conhecimento acabam por tornar “naturais” as posturas adotadas diante da autoria acadêmica.

É nessa perspectiva que discutiremos aqui, primeiramente, a lógica da estrutura atual que favorece os problemas narrados. Em seguida, debateremos a forma como isto alcança o agir ético individual dos agentes do campo acadêmico brasileiro.

Esboço de uma Crítica que Precisa Ser Feita

A produtividade é um dos conceitos mais largamente utilizados na ação humana. Ao longo do tempo, as pessoas buscaram alavancar a produção com o menor uso de recursos possíveis, seja por motivos econômicos, seja por razão da preservação ambiental. Esta visão da racionalidade alcançou um *status* tal na ação humana que em diversos campos da prática e do conhecimento entraram em cena imperativos como a medição, a comparação de resultados e a racionalidade da tomada de decisão. Tudo isso com o intuito de alcançar uma racionalidade mais próxima da ideal plena, dado que a racionalidade plena alcança limitações no “mundo real” (Simon, 1945; Kahneman, 2012).

No universo acadêmico não foi diferente. Baseado nos princípios da chamada ciência *hard*, que ofertou as bases teóricas iniciais para a consolidação de um modelo que privilegia a produtividade e a aproximação com as metodologias quantitativas, os agentes dos diversos subcampos de conhecimento procuraram pautar suas produções acadêmicas nos ideais da produtividade. Essa concepção foi institucionalizada por governos, por agências de fomentos e fiscalização em suas mais diversas formas, ou mesmo por empresas. Cada um com seus critérios que procuram medir os resultados de suas alocações de recursos, com pressões isomórficas que acabaram por consolidar na academia uma “necessidade da produtividade”. A patente ou o *paper*, por exemplo, tornaram-se instrumentos que permitiram aplicar os ideais funcionalistas de produtividade na atividade de pesquisa ou de docência.

Se é verdade que precisaríamos de algum tipo de verificação e avaliação da atividade

científica (até mesmo para justificar para a sociedade e financiadores os recursos investidos na pesquisa acadêmica), é verdade também que a institucionalização da lógica da “necessidade da produtividade” e de seu efeito muitas vezes deletério do “publique ou pereça!”, acabaram por gerar o que entendemos serem verdadeiras distorções. Exemplos disso são: a inflação no volume de artigos de baixa qualidade publicados anualmente em periódicos e eventos acadêmicos; a própria institucionalização de uma “indústria de eventos científicos” (eventos progressivamente mais dispendiosos e alguns com resultados realmente mínimos para a área do conhecimento); e a adoção de estratégias problemáticas de autoria, como as que citamos no item 3 deste ensaio.

Para quem atua no meio acadêmico, os problemas são por vezes dolorosos, inclusive porque a pressão instituída sobre pesquisadores e programas de pós-graduação não traz como contrapartida um sistema necessariamente adequado para suportar a demanda que se criou. Por exemplo, ao mesmo tempo em que os pesquisadores são exigidos em termos de publicação, a realidade do processo de submissão e avaliação de artigos em revistas brasileiras tem sido, ao menos até a década de 2010, bastante problemática, pois muitas vezes não se cumprem os prazos estipulados e a morosidade (a depender da área do conhecimento) pode levar o pesquisador a esperar mais de um ano pelo resultado da submissão (o que é pior: quando o resultado é negativo, o artigo pode perder sua atualidade inicial). Isso não quer dizer que estamos questionando os procedimentos adotados pelas revistas que, em geral, buscam dar confiabilidade aos trabalhos que serão publicados (como é o caso do recurso do anonimato dos nomes dos autores utilizado por algumas revistas quando são entregues os originais para análise), mas a efetivação do processo é algo problemático para os pesquisadores.

Com efeito, buscar periódicos brasileiros de algumas áreas como canais de publicação da produção acadêmica torna-se, para alguns pesquisadores, algo de fato desestimulante. Entendemos ser inapropriado os acadêmicos desistirem de buscar publicações em periódicos, primeiro porque estes se constituem nos mais importantes veículos para a divulgação dos resultados de pesquisa, e, segundo, porque quando se buscam outras opções, como a publicação em periódicos internacionais ou livros, os problemas não são muito menores (especificamente para publicação de livros, em grande parte das vezes é o próprio pesquisador que se obriga a financiar seu manuscrito, o que dificulta ainda mais que ele

atinja sua missão de pesquisador).

Reiteramos o que já insinuamos anteriormente, para enfatizar agora o nosso entendimento de que a pressão institucional do sistema CAPES/CNPQ é por demais impositiva, embora não seja necessariamente ruim. A suposta “liberdade acadêmica” do pesquisador brasileiro é fortemente condicionada por esse sistema, podendo levar os professores a se preocuparem mais com a quantidade do que com a qualidade das publicações (Imasato et al., 2017), sob pena se serem excluídos dos programas de pós-graduação ou de não terem financiamento para suas pesquisas. Acreditamos que, em boa parte, é a necessidade de conseguir os “pontos” da CAPES que conduz os pesquisadores a uma corrida em busca de publicações e daí se origina boa parte dos equívocos nas práticas de autorias citadas.

Como pesquisadores, entendemos ser necessário abrir espaço para uma crítica realista e sistemática sobre este sistema que pode ter incorporado de forma equivocada e ter levado muito longe o conceito de produtividade, tornando-se o grande opressor dos pesquisadores e promotor de vícios das mais diversas naturezas. Ademais, e considerando que este sistema é feito por nós pesquisadores, entendemos ser necessário resistir a uma postura meramente burocrática e supostamente impessoal de promoção de um sistema que é muito bom para quem o mantém e tenta justificá-lo, mas que vem produzindo e mantendo uma verdadeira discrepância entre o que se pensa ser o bom trabalho de produção científica e o que efetivamente existe em termos concretos de qualidade.

Esboço de uma Autocrítica que Precisa Ser Feita

Mesmo considerando o que foi discutido acima, não poderemos atribuir unicamente ao sistema acadêmico instituído a responsabilidade pelas ações comentadas ao longo deste artigo. Ainda utilizando a lógica descritiva de Pierre Bourdieu, cabe entender que, no universo dos campos, o científico é destacado pelo elevado nível intelectual de seus agentes (de fato, grande parte dos envolvidos nos problemas citados são ou doutores ou estudantes de pós-graduação). Portanto, trata-se de um campo em que os agentes possuem poder de reflexão e capacidade de proposição e mudança para superar os fatores de dificuldade.

Entendemos ser problemático que nós, pesquisadores, utilizemos de expedientes como

os citados e do poder de autoridade docente para dar manutenção ao que nos prejudica. Por isto, acreditamos que não podemos ser tolerantes a práticas como plágio ou autoria irreais e outras práticas de conteúdo moral duvidoso, como aquelas citadas no item 3 deste artigo. Mais especificamente, entendemos ser necessário refletir melhor antes de adotar práticas como o compartilhamento de autoria (de forma consentida ou não) simplesmente para inflacionar os escores da avaliação da CAPES.

Como professores, a nós parece ser necessário evitar que a lógica de uma hierarquia do orientador ou docente em relação aos estudantes possa promover a prática de falsa autoria como a inclusão dos nomes dos orientadores em trabalhos científicos sem haver qualquer colaboração de fato. Como estudantes ou professores, entendemos ser necessária a denúncia de práticas de amedrontamento, com ameaças sobre perda de bolsa de estudos ou outras formas de boicote acadêmico, como comentários desabonadores, exclusão de grupos de pesquisa, dentre outras formas de retaliação à disposição dos professores. Essas pressões, que são muitas vezes veladas, precisam passar por um debate aberto e franco, para um melhor convívio e um senso de realidade que elimine a lógica do autoengano que potencialmente emerge.

Em nosso entendimento, os acadêmicos, principalmente os professores, são responsáveis por superar a lógica viciada de um sistema opressor, que, eventualmente, nos torna também opressores. Isso passa pela construção de uma nova posição em torno da autoria, posição esta que deve levar em consideração um princípio que nos parece central: não podemos manter um sistema de autoria em que o elemento central seja quantidade de “pontos” do sistema CAPES; precisamos implementar um sistema que tenha como meta a qualidade real da produção científica no volume adequado e com a qualidade a mais refinada possível.

Se o que temos não implementa este princípio, então a responsabilidade é nossa, afinal o campo acadêmico é construído e é mantido por seus membros. Se nosso sistema vier a favorecer práticas de autorias irreais, não poderemos nos limitar a culpar o sistema institucionalizado. A crítica do sistema precisa sempre vir acompanhada por uma autocrítica e por ações e propostas de superação de dificuldades.

Considerações Finais

Uma das ideias de maior impacto da dita “visão progressista” concerne à análise do processo de produção do sistema capitalista, que passou a reger o relacionamento entre as pessoas de uma maneira completamente distinta de outras sociedades. Nesse sistema teria se estabelecido a apropriação do trabalho de algumas pessoas por outras que possuem propriedade dos meios de produção. Para os explorados, seu trabalho perde parte de seu sentido, tornando-se uma obrigação impensada no real sacrifício a que remete a etimologia da palavra trabalho. A naturalização desta realidade advém do conceito de alienação das pessoas envolvidas no sistema, em razão da autonomia que o próprio sistema de produção ganhou.

Podemos discordar da visão fatalista e da simplificação que essa visão potencialmente cria, em especial pela potencial geração de uma sociedade do ressentimento, como anunciam pensadores conservadores (Scruton, 2015), mas a descrição serve como fórmula de interpretação interessante e consistente de várias atividades humanas. O fenômeno da alienação, assim entendemos, tem um sentido concreto bem evidenciado nas pessoas que abdicam da qualidade de vida para se dedicar a determinados projetos que “se autonomizam” em relação aos agentes humanos. Desse modo, tomamos essa visão pelos construtos centrais de exploração e alienação para refletir sobre sua evidenciação no meio acadêmico das ciências humanas e sociais.

Em nosso entendimento, não seria descabido pensar em uma autonomia semelhante do sistema de produção acadêmica no Brasil diante dos seus principais agentes, principalmente estudantes e professores, entre os quais há uma hierarquia, na prática, na qual os professores potencialmente exploram os estudantes, da mesma forma que são explorados pelo sistema de avaliação, que parece ter se “autonomizado”. Com efeito, é comum encontrar professores e estudantes preocupados antes de tudo com o atendimento dos critérios de pontos da CAPES e das bolsas do CNPQ, como se tudo isto fosse a meta em si da atividade acadêmica, e não a consequência de uma pesquisa séria, alinhada com os temas atuais e as práticas metodológicas consistentes que devem ser antes de tudo orientadas a gerar conhecimento socialmente relevante.

Os riscos de uma alienação dos pesquisadores diante do sistema que se estabeleceu no

Brasil vêm impondo uma reflexão em vários pesquisadores, como aqueles citados ao longo do texto. Como dito, o sistema nacional de regulação e financiamento de pesquisa e de produção acadêmica não é autônomo, ele é feito por pesquisadores e para pesquisadores. Não há sustentação em práticas de conteúdo moral questionável simplesmente porque temos que produzir cedendo à lógica do “publique ou pereça” e vivenciando ou impondo as piores experiências de pesquisa e produção, seja como estudantes, seja como professores.

Reconhecemos que esse debate pode gerar incômodos, pois há acadêmicos (incluindo estudantes) que se beneficiam do sistema em suas regras atuais, condição que os coloca como defensores do status quo estabelecido. Com efeito, elevados níveis de produção, independente de qualidade, rigor e relevância, são critérios de participação de docentes em pós-graduação, de acesso a bolsas governamentais para financiamento de pesquisas, além da potencial atração de discentes interessados em parcerias. Ou seja, esquemas de autoria podem ser mecanismos para capitalização científica, como bem descreve Bourdieu (2003). Além dos defensores que têm consciência dos problemas, mas o defendem por ganhos pessoais, há atores que parecem mais alienados à gravidade do problema, e estes são as maiores vítimas do sistema. Esse nos parece ser o caso dos discentes, que, em algumas situações, precisam produzir sob uma lógica de interesse dos docentes para atendimento de demandas dos programas de pós-graduação, em uma clara transferência de responsabilidade (nesse caso, do docente para o discente). São esses agentes (os discentes), que acabam por serem responsáveis por boa parte da produção de artigos de seus professores e/ou orientadores e, pela realidade do que vivenciaram, podem definir a tendência de repetir a dinâmica quando seguirem para a carreira acadêmica. De nosso entendimento, esse debate precisa ao menos chegar aos discentes, e acreditamos que nosso artigo contribui nessa finalidade.

As ideias que colocamos neste ensaio são dirigidas por uma reflexão moral, como diria Vazquez (2005) em seu entendimento de que a história e as práticas reflexivas conduzem ao seu aperfeiçoamento ético, pela substituição de práticas problemáticas por práticas mais adequadas. Nossa ideia é que a produção acadêmica será aperfeiçoada se adotamos um conceito de autoria de fato.

Não é pressuposto pelos autores que nosso entendimento e nossas descrições reflitam de forma exata a “verdade” sobre a produção acadêmica e sobre a autoria no Brasil. Pelo

contrário, as descrições são limitadas pela capacidade de análise dos autores e suas restrições na identificação das realidades das diversas áreas de pesquisa existentes. Também não nos colocamos como os “guardiões da boa moral”. Nossa meta foi contribuir para um debate que nos parece ser muito restrito, mas que, pragmaticamente, está associado a uma realidade problemática que é vivenciada no Brasil por boa parte dos estudantes e professores.

Se a meta da produção acadêmica é gerar desenvolvimento social, tal meta não pode ser alcançada de forma irrefletida. Daí advém à necessidade de uma discussão contínua sobre a pesquisa e a produção científica, e o melhor caminho, assim entendemos, é abrir e enfrentar o debate. Neste sentido, acreditamos que este texto alcançou seu objetivo, ao apresentar elementos de e para um debate sobre autoria e produção científica que poderá aperfeiçoar nosso sistema de produção.

Porém cremos que a discussão ainda precisa ser mais desenvolvida. Algumas questões que foram somente pontuadas precisariam ser mais bem debatidas, como é caso do próprio conceito de autoria que colocamos no item 3. Por exemplo, é possível ainda imaginar uma discussão sobre a autoria levando em conta o debate sobre aspectos mais detalhados do campo científico e de uma noção de autoria a partir de um ponto de vista da função-autor (Bourdieu, 2003; Foucault, 1992). Também não apresentamos todas as situações em que dilemas sobre autoria emergem. Nesse sentido, o que dizer de um mesmo trabalho apresentado em diferentes veículos de publicação (congresso e periódico) em que houve a mudança da ordem dos autores ou a inclusão de autor que não estava anteriormente presente? Estes são problemas que ficaram para serem debatidos fora deste trabalho e esperamos que motivem outros ensaios e textos futuros.

Referências

- Alvesson, M. (2009). At-home ethnography: Struggling with closeness and closure. In S. Ybema, D. Yanow, H. Wels, & Kamsteeg, F. H. (Orgs.). *Organizational ethnography: Studying the complexities of everyday life*. London: Sage.
- Barata, R. C. B. (2016). Dez coisas que você deveria saber sobre o Qualis. *RBPG*, 13(30), 13-40.
- Berger, P., Luckmann, T. (1967). *The social construction of reality*. New York: Doubleday.
- Bertero, C. O., Caldas, M. P., & Wood Jr, T. (2005). Introdução: produção científica em administração no Brasil. In C. O. Bertero, M. P. Caldas, & T. Wood Jr. (Orgs.). *Produção científica em administração no Brasil: o estado-da-arte*. São Paulo: Atlas.
- Bispo, M. S. & Costa, F. J. (2016). Artigos como avaliação discente em disciplinas de pósgraduação: instrumento educativo ou subsistema de linha de montagem?. *Cadernos EBAPE. BR*, 14(4), 1001-1010.
- Bourdieu, P. (2003). O campo científico. In R. Ortiz (Org.). *A sociologia de Pierre Bourdieu*. São Paulo: Olho D'água.
- Bourdieu, P. (2007). *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo/Porto Alegre: Edusp/Zouk.
- Lei nº 9.610*, de 19 de fevereiro de 1998 (1998). Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Brasília, DF, 1998.
- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Produção Científica*: ministro prevê inclusão do Brasil entre os dez maiores do planeta. Recuperado de <http://www.capes.gov.br/36-noticias/2654-ministro-preve-inclusao-do-brasil-entre-os-dez-maiores-do-planeta->
- Foucault, M. (1992). *O que é um autor*. (2. ed.). Lisboa: Vega Editora.
- Garcia, C. C., Martrucelli, C. R. N., Rossilho, M. M. F., & Denardin O. V. P. (2010). Autoria

em artigos científicos: os novos desafios. *Revista Brasileira de Cirurgia Cardiovascular*, 25(4),559-67.

Horner, J., & Minifie, F. D. (2011). Research ethics III: Publication practices and authorship, conflicts of interest, and research misconduct. *Journal of Speech, Language, and Hearing*. 54(1), 346-362.

Imasato, T., Perlin, M. S., & Borenstein, D. (2017). Análise do Perfil dos Acadêmicos e de suas Publicações Científicas em Administração. *Revista de Administração Contemporânea*, 21(1), 62-83.

Kahneman, D. (2012). *Rápido e devagar: duas formas de pensar*. Editora Objetiva.

Monteiro, R., Jatene, F. B., Goldenberg, S., Población, D. A., & Pellizzon, R. D. F. (2004). Critérios de autoria em trabalhos científicos: um assunto polêmico e delicado. *Revista Brasileira de Cirurgia Cardiovascular*, 19(4), 3-8.

Petroianu, A. (2002). Autoria de um trabalho científico. *Revista da Associação Médica Brasileira*. 48(4), 60-5.

Prochno, P. (2010). O que há de errado na área acadêmica de Administração no Brasil (partes 1, 2 e 3). Recuperado de <http://www.administradores.com.br/artigos/economia-e-financas/o-que-ha-de-errado-na-area-academica-de-administracao-no-brasil-parte-1/48069/>

Romancini, R. (2007). A praga do plágio acadêmico. *Revista Científica da FAMEC/FAAC/FMI/FABRASP*, 6(6), 45-48.

Scruton, R. (2015). *Como ser um conservador*. Rio de Janeiro: Record.

Simon, H. A. (1945). *Administrative behavior: a study of decision-making processes in administrative organizations*. New York: The Free Press.

Targino, M. G. (2005). Artigos científicos: a saga da autoria e co-autoria. In S. M. S. P. Ferreira & M. G. Targino (Orgs.). *Preparação de revistas científicas: teoria e prática*. São Paulo: Reichmann & Autores Editores.

Vázques, A. S. (2005). *Ética* (27. ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Veludo-de-Oliveira, T. M., Aguiar, F. H. O., Queiroz, J. P. & Barrichello, A. (2014). Cola, plágio e outras práticas acadêmicas desonestas: um estudo quantitativo-descritivo sobre o comportamento de alunos de graduação e pós-graduação da área de negócios. *Rev. Adm. Mackenzie*, 15(1), 73-97.

Wood Jr., T. (2010). Morte por Capes. *Carta Capital*. Recuperado de <http://www.cartacapital.com.br/economia/morte-por-capes>